

Técnicos criticam a distribuição de verbas da Funai

Da sucursal de
BRASÍLIA

A programação financeira da Fundação Nacional do Índio para 1978 poderá comprometer seriamente a execução de alguns dos seus principais projetos previstos para este ano, notadamente os de desenvolvimento de comunidades indígenas e de demarcação de 4 milhões de hectares de áreas situadas no Pará, Mato Grosso, Amazonas e Bahia. Essa impressão é recolhida entre antropólogos e nos meios técnicos ligados à própria Funai, temerosos de que a liberação de 132 milhões de cruzeiros esperados pelo órgão sofra algum atraso ou, até mesmo, na pior das hipóteses, não seja concedida.

É que a Funai destinou 173 milhões dos 224,5 milhões de cruzeiros de seu orçamento, para o setor de administração, reservando somente 8 milhões para o desenvolvimento das comunidades indígenas e 10 milhões para a demarcação dos 4 milhões de hectares — dois projetos considerados prioritários. Isso, na expectativa de que um empréstimo no valor de 67 milhões solicitado à Caixa Econômica Federal e recursos do PIN (Programa de Integração Nacional), estimados em 65 milhões, sejam aprovados. A Funai, no entanto, defende-se afirmando que essa foi a melhor maneira encontrada para distribuir os "parcos recursos" que serão repassados pelo Ministério do Interior neste exercício.

Segundo a Funai, critica-se que mais de dois terços do orçamento tenha sido destinados ao setor de administração. Porém, diz o órgão, "o fato tem uma explicação: não são apenas as despesas de pessoal e custeio da sede, em Brasília, que são computados em administração. Mas todas as despesas referentes aos 169 postos indígenas, três parques, 12 delegacias e seis ajudâncias espalhadas por todo o País.

Além disso, despesas como o deslocamento e operação das equipes volantes de saúde que percorrem os postos e parques indígenas, que em tese deveriam ser registradas no item de assistência, por exemplo, na prática têm de constar em administração, de acordo com as normas de discriminação orçamentária recomendadas pelo governo.

Deduzidas as despesas de custeio, pessoal (essas dentro do incremento determinado pelo governo federal), restaram pouco mais de 57 milhões de cruzeiros, do pequeno orçamento aprovado pelo Ministério do Interior, para serem distribuídos pelas demais atividades. Mas certa de poder contar com os recursos do PIN e da Caixa Econômica, a FUNAI estabeleceu um mínimo possível para as atividades de demarcação e desenvolvimento das comunidades indígenas.

A intenção é retirar 40 milhões do empréstimo da Caixa Econômica e 10 milhões dos recursos pedido ao PIN e somá-los

aos 10 milhões destacados no orçamento. Para completar os 60 milhões necessários para demarcação dos 4 milhões de hectares programados para 1978. E para o desenvolvimento das comunidades indígenas a FUNAI restariam 27 milhões do empréstimo da Caixa que, somados aos 8 milhões do orçamento e 42 milhões do PIN, totalizariam 77 milhões de cruzeiros — o maior até agora destinado a esse setor.

Contudo, a obtenção desses recursos tem-se revelado problemática: o pedido de empréstimo feito à Caixa Econômica, por exemplo, se arrasta há três meses. E, além dos entraves burocráticos, a Funai ainda espera que a Secretaria de Planejamento da Presidência da República disponha-se a ressarcir o empréstimo junto à CEF, que o órgão não terá as mínimas condições de pagar. Enquanto isso, a utilização dos recursos do PIN deveriam ter sido decididos em uma reunião marcada para quinta-feira, no Ministério do Interior, mas ela foi adiada por tempo indeterminado.

Advertem os técnicos que pelo menos dois projetos de desenvolvimento de comunidades — além da demarcação de áreas indígenas — poderão ser afetados se as fontes alternativas procuradas pela Funai para a obtenção de recursos não oferecerem uma definição favorável logo nas próximas semanas. O primeiro deles é o Nordeste, onde a Funai pretende aplicar 42 milhões em novos projetos agrícolas e pesqueiros entre os índios pataxo, na Bahia, e Fulnio, em Pernambuco. A situação mais difícil de ser contornada, no entanto, seria a do projeto da Grande Dourados, que o órgão pretende desenvolver entre os quase sete mil índios guarani, kaiwa e terena que habitam ao Sul de Mato Grosso: o projeto depende inteiramente dos 27 milhões que serão retirados do empréstimo da CEF.

Existem outros projetos na dependência da obtenção desses recursos. E um dos mais importantes, é o da manutenção das frentes de atração instaladas na Amazônia. É que a Funai distribuiu os recursos para as frentes de atração de duas formas: 2 milhões de cruzeiros, oriundos do orçamento, para as equipes localizadas no Pará (índios parakama e arara), Acre (machineri), Rondônia (caripuna e boro) e Roraima (que procura contato com os yanomamis), de 13 milhões ainda não confirmados do PIN para a atração dos waimiri-atroari, marubo, tikuna, maïuruna, suruis e yanomamis.

"Temos tudo para desenvolver um bom trabalho em 1978" — afirma um técnico da Funai. "Mas é certo que estamos na inteira dependência do dinheiro pedido ao PIN e à Caixa. Se ele não for concedido" — admite o técnico "não sei como conseguiremos superar. A curto ou médio prazo, os problemas que surgirão".